


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0018700-58.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Ariel Cândido Pereira Kremp Gasparoto**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

ARIEL CANDIDO PEREIRA KREMP GASPAROTO, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 306, “caput”, da Lei nº 9.503/97, porque no dia 14 de julho de 2012, por volta das 01h40min, na Rodovia Washington Luiz, km 240, alça de acesso ao Jardim Embaré, nesta cidade e comarca, conduziu o veículo automotor, estando com a sua capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool.

Consoante apurado, o denunciado dirigia o veículo VW/Gol, branco, placas CQT 4127, São Carlos/SP, embriagado, conforme comprova o laudo, momento em que perdeu o controle do veículo, chocando-se contra um poste. Do acidente não houve vítimas.

O laudo de dosagem alcoólica resultou em 2,08 gramas de álcool etílico por litro de sangue.

Proposta a suspensão condicional do processo, o réu não foi localizado para participar da audiência (fl. 46; 49 e 55).

Recebida a denúncia em 21 de julho de 2014, determinando-se a citação por edital (fl. 57).

O réu foi citado por edital, suspendendo-se o processo e o curso do prazo prescricional (fl. 77).

Comparecendo em cartório, houve a citação pessoal do acusado (fl. 42).

Resposta à acusação às fls. 95/96.

Durante a instrução, procedeu-se à oitiva de duas testemunhas (fls. 124 e 134) e decretou-se a revelia do réu (fl. 123).

O Ministério Público apresentou alegações finais às fls. 147/148, requerendo a

0018700-58.2012.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

procedência da ação nos termos da denúncia, com fixação de pena no mínimo legal e regime aberto de cumprimento de pena.

A Defensoria Pública, por sua vez, pugnou pela absolvição ante a fragilidade probatória. Subsidiariamente, requereu pena mínima, reconhecimento da confissão extrajudicial e a fixação de regime aberto para cumprimento de pena.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

A ação penal é procedente.

A materialidade está demonstrada pelo laudo de exame de dosagem alcoólica de fls. 29, pelo laudo do local do acidente de fls. 17/24, bem como pela prova oral produzida.

A autoria também é certa.

Interrogado na seara policial, o acusado disse que dormiu ao volante e, por essa razão, deu causa ao acidente. Negou que estivesse alcoolizado, pois havia ingerido uma cerveja muito tempo antes de conduzir o veículo (fl. 33).

A parcial confissão harmoniza-se com os elementos amealhados no contraditório.

O policiais militares Ronival Aparecido Duarte Estival (fls. 124) e Thiago Felix Correa (fl. 134) não se recordam especificamente do caso, já que é comum a ocorrência de acidentes com as mesmas características do narrado na denúncia, bem como pelo lapso temporal. Thiago acrescentou que, havendo a suspeita de embriaguez, é ofertado ao condutor que se faça o teste do bafômetro para verificação de necessidade de encaminhamento à Delegacia de Polícia.

De toda forma, o fato de o acusado estar dirigindo alcoolizado está comprovado nos autos conforme pode ser observado pelo exame de dosagem alcoólica de fls. 29, que concluiu que a quantidade de álcool etílico existente no sangue do réu era de 2,08g/l, montante superior ao definido no tipo legal descrito no artigo 306 do Código de Trânsito.

O E. STF entende que, com o advento da Lei nº 11.705/08, inseriu-se a quantidade mínima exigível de álcool no sangue para se configurar o crime de embriaguez ao volante e se excluiu a necessidade de exposição de dano potencial, sendo certo que a comprovação da mencionada quantidade de álcool no sangue pode ser feita pela utilização do teste do etilômetro, o que ocorreu na hipótese dos autos, ou pelo exame de sangue.

Precedentes: Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 110.258/MG, 1ª Turma do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

STF, Rel. Dias Toffoli. j. 08.05.2012, unânime, DJe 24.05.2012; Habeas Corpus nº 109.269/MG, 2ª Turma do STF, Rel. Ricardo Lewandowski. j. 27.09.2011, unânime, DJe 11.10.2011.

Assim, no tipo penal sob análise, basta que se comprove que o acusado conduzia veículo automotor, na via pública, apresentando concentração de álcool no sangue igual ou superior a 06 decigramas por litro para que esteja caracterizado o perigo ao bem jurídico tutelado e, portanto, configurado o crime.

O delito de embriaguez ao volante talvez seja o exemplo mais emblemático da indispensabilidade da categoria dos crimes de perigo abstrato, e de sua previsão de modo a tutelar a segurança no trânsito, a incolumidade física dos indivíduos, e a própria vida humana, diante do risco que qualquer pedestre ou condutor de automóvel se submete ao transitar na mesma via que alguém que dirige embriagado.

O E. STJ posiciona-se no mesmo sentido. A respeito confira-se: Habeas Corpus nº 233453/RJ (2012/0029701-0), 5ª Turma do STJ, Rel. Gilson Dipp. j. 17.05.2012, unânime, DJe 24.05.2012; Habeas Corpus nº 161393/MG (2010/0019644-7), 5ª Turma do STJ, Rel. Jorge Mussi. j. 19.04.2012, unânime, DJe 03.05.2012.

Impõe-se, em consequência, o acolhimento da pretensão condenatória expressa na denúncia.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu.

Observando todos os elementos individualizadores da reprimenda, que o réu, é tecnicamente primário, delibero impor-lhe as penas nos respectivos mínimos, isto é, de seis meses de detenção e dez dias-multa, no valor mínimo, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois meses.

Uma vez que a confissão levada a efeito no curso das investigações foi considerada como fundamento da condenação, reconheço em favor do acusado a atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, porém sem redução aquém do piso (Súmula 231 do STJ).

Presentes os requisitos legais, substituo a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito consistente na prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social.

Condeno, pois, **ARIEL CANDIDO PEREIRA KREMP GASPAROTO** à pena de 6 (seis) meses de detenção e dez dias-multa, no valor mínimo, substituída a primeira por pena restritiva de direito, consistente em prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social a ser designada oportunamente,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

por ocasião da execução, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois (2) meses, por ter transgredido o artigo 306 da Lei 9503/97.

Em caso de reconversão à pena primitiva o regime será o **aberto**.

Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

São Carlos, 18 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**